

Por ocasião das “bodas de ouro” do Código Civil português



João Tiago Morais Antunes
Advogado na Serra
Lopes, Cortes
Martins Sociedade
de Advogados

Numa altura em que tanto se fala na necessidade de se levarem a cabo reformas estruturais na sociedade portuguesa, em especial na área da Justiça, o Código Civil português de 1966 – precisamente uma das mais marcantes reformas empreendidas no século XX – está em vias de comemorar os seus primeiros cinquenta anos de vida.

Só este facto – isto é, a circunstância de um diploma legislativo (*in casu*, o Decreto Lei n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966, que genericamente veio a lume no dia 1 de Junho de 1967) durar há quase 50 anos, naturalmente com algumas relevantes alterações, merece ser destacado. Repare-se que estamos a falar, “tão-somente”, das regras que disciplinam a área em que os particulares estabelecem livremente relações entre si, ou o fazem com o Estado, despido este do seu chamado poder de autoridade (o «ius imperii»). E este marco é tanto mais impressionante quando, como se sabe, vivemos num país em que, desgrazadamente, os códigos vivem sob a ameaça permanente de um legislador que sofre de uma espécie de “esquizofrenia reformista” que faz com que, de tempos em tempos, infelizmente demasiado curtos, os mesmos sejam revistos de fio a pavio, revogados, rebaptizados e/ou até “renumerados”, como ultimamente sucedeu com a tão propalada “reforma do Código de Processo Civil” de 2013. E tudo isto, claro, com evidentes prejuízos para os cidadãos e as empresas que, deste modo, raramente sabem com que podem contar na área do Direito laboral, fiscal, administrativo, penal,

contra-ordenacional e processual, com todas as consequências daí decorrentes, nomeadamente no que se refere à paralisação de muitos projectos de investimento que acabam por se deslocar para outros países em que a estabilidade legislativa funciona como um motor de crescimento da economia.

Note-se, ademais, que nestes últimos cinquenta anos o país sofreu alterações profundas ao nível da sua estrutura económica e social, tendo até conhecido dois regimes políticos completamente distintos entre si, sem que isso tenha afectado, em termos essenciais, a estrutura e filosofias dominantes do Código Civil que tendo, na realidade, nascido em plena ditadura do Estado Novo, rapidamente acabou por aprender a viver em democracia,

actual Código Civil (e onde o Professor Adriano Vaz Serra, mas não só, desempenhou um papel crucial) e, por outro, pelo enorme prestígio e autoridade científicas daquele que, juntamente com o já referido Vaz Serra, foi considerado o “Pai” deste Código: o Professor Antunes Varela, Ministro da Justiça, à data em que o Código Civil foi aprovado e que, nessa qualidade, desempenhou um papel relevantíssimo ao nível da sua revisão final. Mas não só. Também a nossa Jurisprudência, e Doutrina acabaram por ter um papel essencial para que o Código tivesse chegado, como está em vias de chegar, às suas primeiras cinquenta primaveras, na medida em que, graças ao seu constante labor e criatividade, permitiram que este se redescobrisse

“ Como pôde o Código Civil, que rapidamente caminha para as suas “bodas de ouro”, sobreviver durante os últimos 50 anos num país em que as leis têm uma esperança de vida tão curta? Creio que uma razão (...) A sua enorme qualidade (...) ”

para o que foi obviamente necessário reformar certas das suas disposições, sobretudo na área da Família, as quais se mostravam total e radicalmente contrárias aos princípios democráticos (como o da igualdade de género), contidos na Constituição da República de 1976.

Como explicar, então, este aparente paradoxo?

Como pôde o Código Civil, que rapidamente caminha para as suas “bodas de ouro”, sobreviver durante os últimos 50 anos num país em que as leis têm uma esperança de vida tão curta?

Creio que uma razão, e uma razão, diga-se, muito simples. A sua enorme qualidade, a qual se explica, por um lado, pela forma cuidada com que foram conduzidos os trabalhos preparatórios que estiveram na base do

a si mesmo, se reinventasse constante e diariamente e, assim, sobrevivesse às profundas alterações registadas na sociedade portuguesa desde 1967 até ao presente.

Quererá isto dizer que falamos de uma obra que não deverá ser objecto de mudanças e reformas? Uma espécie de obra sagrada que deverá perdurar para todo o sempre, independentemente do que se passe diariamente ao nível das relações estabelecidas entre privados?

Claro que não, e isso aliás seria impossível pela simples dinâmica dessas mesmas relações. Na verdade, o que a experiência da vida nos ensina, e ensina diariamente, é que, por muito visionária que seja qualquer lei – e seguramente esse será o caso do Código Civil de 1966 –, a mesma estará

seguramente sempre dois passos (pelo menos!) atrás da imaginação daqueles que diariamente negociam entre si a conclusão de um contrato e estabelecem as mais diferentes relações jurídicas entre si. Veja-se, por exemplo, o que se passa actualmente, em que os desafios resultantes da integração crescente de Portugal na Europa, das novas tecnologias, das novas formas de vida familiar e social, bem com os decorrentes do relacionamento do ser humano com o ambiente (em especial, com os animais), levou a que tenha sido já anunciada a intenção de vir a ser revisto o Código em vigor, com especial enfoco para o regime das incapacidades, para a disciplina das pessoas colectivas e, claro, do direito da família, com o objectivo de a realidade social actual se encontrar reflectida na lei civil fundamental.

Ainda assim, não creio que a estrutura essencial do Código de 1966 venha a ser beliscada nessa revisão. Na verdade, uma das suas maiores riquezas reside no facto de muitos dos institutos nele contidos, criados e pensados para regular situações então existentes, serem hoje utilizados para fazer face a situações para as quais não tinham sido pensadas pelo Legislador em 1966. Veja-se, a título de mero exemplo, o caso paradigmático das garantias das obri-

“ Na verdade, uma das suas maiores riquezas reside no facto de muitos dos institutos nele contidos, criados e pensados para regular situações então existentes, serem hoje utilizados para fazer face a situações para as quais não tinham sido pensadas pelo Legislador em 1966 ”

gações, em que a actual dinâmica da relação existente entre credores e devedores fez com que a mesma originasse o nascimento de novas seguranças creditícias a partir de institutos que, inicialmente, não haviam sido pensados para desempenhar qualquer função de garantia. Assim é que, quando verificamos a cada vez maior tendência para os credores altamente profissionais (Bancos e Companhias de Seguro) recorrerem a institutos clássicos da lei civil como (i) a solidariedade entre devedores, (ii) a assunção cumulativa de dívida, (iii) a novação, (iv) a figura da delegação para pagamento, (v) a compensação, (vi) a cessão de bens aos credores ou, ainda, (vii) a certos contratos, nominados e/ou inominados, como o depósito (muitas vezes, como sucede com o denominado “depósito in escrow” associado ao mandato colectivo), a venda a retro e/ou o negócio

fiduciário e indirecto, para justamente atingirem uma posição de prevalência em face dos outros credores do devedor, semelhante à de uma garantia real das obrigações, mas que não ofereça muitos dos inconvenientes a esta associados, como a lentidão inerente à sua execução, concluímos que o “velhinho” Código Civil de 1966 está, afinal, bem vivo, e recomenda-se.

Por quantos mais anos? Não sei, nem ninguém saberá. Mas, dada a “riqueza” intrínseca da obra em causa, não me admiraria muito que, daqui a outros cinquenta anos de vida, comemorássemos as segundas “bodas de ouro” do Código Civil de 1966, à semelhança, aliás, do código que o antecedeu, e que precisamente viveu durante longos cem anos.

*Por opção do autor, este texto não segue o Novo Acordo Ortográfico

PUB



MANUAL DE DIREITO POLICIAL

Direito da ordem e segurança públicas

O direito policial interessa ao legislador, aos investigadores, aos profissionais do direito, especialmente advogados e magistrados, aos estudantes de direito e muito particularmente a todos aqueles que no dia a dia estão encarregados de aplicar a lei policial. Interessa igualmente ao cidadão em geral, não só porque assegura as condições de exercício dos direitos e liberdades, mas também porque incide simultaneamente sobre a limitação desse mesmo exercício.

Estrutura da obra

Parte 1 - Conceito, Origem e Evolução Histórica da Polícia

Parte 2 - Polícia Administrativa e Forças De Segurança

Parte 3 - Atuação Policial em Geral

Parte 4 - Atuação das Forças de Segurança em Especial

Autor: António Francisco de Sousa

Páginas: 880 - Preço: €48

Compre já em <http://livraria.vidaeconomica.pt>